

Banco Central aumenta juros para 12,25% e Campos Neto termina mandato colecionando prejuízos ao país



Como desejado pelo mercado, o Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central (BC), decidiu em sua última reunião do ano, concluída nesta quarta-feira (11), elevar a taxa básica de juros da economia (Selic) em 1 ponto percentual (p.p.). Com isso, o índice vai para 12,25% ao ano e mantém o Brasil com uma das maiores taxas de juros reais do mundo (resultado da Selic menos a inflação), na ordem de 7%.

No comunicado sobre a decisão, o BC voltou a apontar como justificativa a piora nas expectativas do mercado sobre a inflação e depreciação do câmbio (valorização do Dólar frente ao Real). Mas esses argumentos são questionados. Dados oficiais sobre a inflação, divulgados na terça-feira (10), pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostram que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) perdeu força e fechou novembro em 0,39%, enquanto no mês anterior havia sido de 0,56%.

"Como a Selic elevada reflete nos juros cobrados por todo o sistema financeiro, deliberadamente, o Banco Central está aumentando o custo de vida para as famílias, para as empresas e para o estado brasileiro", destaca a presidenta da Contraf-CUT e vice-presidenta da CUT, Juvandia Moreira. "A manutenção do índice altíssimo, portanto, é um boicote ao crescimento econômico do país e apenas reafirma que o órgão é suscetível às pressões do mercado financeiro e se desvia das responsabilidades para com o país. Os principais beneficiados com a Selic elevada são os detentores dos títulos da dívida pública, que atualmente são as instituições financeiras", completou.

Em relação ao câmbio, o Banco Central tem outros instrumentos, além da Selic, para reduzir a diferença do Dólar frente ao Real, como as operações de venda de moeda no mercado futuro (contratos de swap cambial), vendas diretas de dólar e os chamados leilões de linha.

Caixa: Funcef aprova adequação da meta atuarial

O Conselho Deliberativo da Funcef aprovou, em reunião extraordinária realizada na segunda-feira (9), por 4 votos a 2, a adequação da meta atuarial dos planos de benefícios. Com a decisão, a meta passa dos atuais 4,5% para 4,85% no Novo Plano, REB e Reg/Replan Não Saldado. Já no Reg/Replan Saldado, a meta será 4,75%. As novas metas serão praticadas a partir de janeiro de 2025.

- Leia as matérias completas em nosso site -